



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
(LATU SENSU)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ENISA MOURA BRETAS CHAVES DE OLIVEIRA

**BELO HORIZONTE
JULHO/2011**



ENISA MOURA BRETAS CHAVES DE OLIVEIRA

O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
(Latu Sensu) em Gestão Escolar da
Faculdade de Educação, sob orientação do
Professor Márcio Boaventura Júnior.

**BELO HORIZONTE
JULHO/2011**

SUMÁRIO

Introdução.....	04
O papel do gestor escolar nas avaliações externas.....	06
A importância das avaliações externas na democratização do ensino.....	10
O Projeto Político Pedagógico e as avaliações externas.....	11
Conclusão.....	12
Referências bibliográficas.....	13
Anexo- Projeto Político Pedagógico.....	14

Introdução

A proposta deste trabalho é destacar o papel do gestor escolar frente às avaliações externas. Sabemos que, um gestor eficiente deve estar atento aos resultados das avaliações externas para interferir nas ações educativas da instituição que dirige. Como afirma Hoffmann: “A nota obtida pela escola nesses exames serve para levar toda a comunidade à análise e ao questionamento”.

Com os resultados das avaliações externas em mãos, o gestor deve analisar junto à comunidade escolar o que precisa mudar para melhorar os índices de desempenho dos alunos. Possibilita também, perceber a necessidade de rever o Projeto Político Pedagógico adequando-o ao real papel da escola: ensinar.

Sabemos que, grande parte do desempenho dos alunos é atribuído ao trabalho ocorrido no âmbito escolar. Daí a necessidade do gestor estar atento a uma série de fatores que influenciam o processo ensino-aprendizagem e conseqüentemente os resultados. Dentre eles, podemos destacar: formação dos professores e qualidade das reuniões pedagógicas, relação professor/ aluno, infraestrutura, estrutura organizacional, currículo, processo de avaliação.

Brooke, professor e pesquisador inglês, numa entrevista a Revista Nova Escola/ Gestão Escolar, esclarece que:

“As avaliações externas foram criadas por três motivos: induzir mudanças na prática pedagógica, definir prioridades de investimento em Educação e responsabilizar os atores escolares (professores, gestores e alunos) pelo desempenho. Nesse sentido, com várias ressalvas, o Sistema de Educação Básica (Saeb) e a Prova Brasil são um sucesso. Claro que ainda não há grande mudanças na prática escolar. Contudo, os exames induzem os professores a adequar o que ensinam ao que é cobrado. Todos começam a prestar mais atenção na forma como avaliam os alunos. E esse é um efeito bastante

positivo em um sistema educacional federativo e desintegrado como o brasileiro e, certamente, se constitui em um indutor de melhorias.(Revista Nova Escola/ Gestão Escolar- p. 20,21).

Nesse sentido, cabe ao gestor escolar identificar as falhas e traçar coletivamente um plano de metas, com ações bem definidas e responsabilização de todos pela concretização do mesmo. Agindo assim, o gestor utiliza as avaliações externas como um determinante para a melhoria do desempenho da escola.

Dessa forma, o sucesso ou fracasso nas avaliações externas é resultado do trabalho coletivo, ou seja, das ações da escola como um todo.

Pretendo também, refletir como a Escola Municipal Antônio Camilo Alvim, instituição em que atuo, tem trabalhado com os resultados das avaliações externas, resultando em desafios e conquistas de todos da comunidade escolar.

Por fim, acredito que, ao analisar a necessidade do trabalho do gestor focado na aprendizagem dos alunos, no trabalho pedagógico resulte em resultados mais eficientes em busca da melhoria da escola.

O papel do gestor escolar nas avaliações externas

À Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), compete assegurar as melhores condições de desempenho aos seus alunos, buscando garantir a todos uma educação de qualidade que lhes permita o prosseguimento dos estudos. (Boletim Pedagógico de Avaliação da Educação 2007, p.07)

Assim, preconiza o Boletim Pedagógico de Avaliação da Educação da SEE/MG.

Tendo em vista tal compromisso, o Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública (Simave) constitui uma importante ação do governo, pois a avaliação em larga escala permite conhecer a realidade do ensino nas escolas mineiras. Daí, programar novas ações em busca das melhorias necessárias para elevar o nível de desempenho dos alunos.

Em contrapartida, a SEE/MG propõe que as escolas também façam a sua parte:

essa também deve ser a postura das escolas- interpretar, analisar e comparar os resultados anuais para traçar a linha evolutiva do seu desempenho e incorporar ao seu projeto pedagógico ações que impulsionem a aprendizagem dos alunos para patamares cada vez mais elevados. (Boletim Pedagógico de Avaliação da Educação- 2007, p.07)

Nesse sentido, a atuação do gestor é de suma importância. Compete a ele mobilizar toda a equipe escolar a refletir sobre os resultados obtidos pelos alunos e propor ações coletivas para elevar o padrão de ensino da escola. Precisa descobrir o que pode e deve fazer para garantir a participação de todos, fazer com que todos sintam que têm poder para realizar e transformar.

Partindo desse princípio e apostando na importância das mudanças a serem alcançadas após a análise dos resultados das avaliações externas por toda a equipe, a gestora da Escola Municipal Antônio Camilo Alvim (EMACA) foi em busca desse novo desafio. Num primeiro momento, os resultados foram apresentados a toda a comunidade escolar. Tal iniciativa, permitiu conscientizar a equipe escolar da importância da implementação de ações pedagógicas coletivas capazes de assegurar a melhoria no processo educativo.

As metas, objetivos estratégicos, ações não foram mais construções individuais, mas, sim, frutos de um pensamento coletivo. A visão das dimensões da escola foi se ampliando, as responsabilidades foram tomando outras proporções. Além de impactante, a elaboração e implantação do Plano tem sido um desafio para novas discussões acerca da estrutura da escola, exigindo um repensar na prática administrativa e um redimensionamento financeiro, administrativo e pedagógico. Sobretudo, despertou em todos a necessidade da reelaboração coletiva do PPP, como forma de promover uma vivência mais democrática na escola, tendo como foco a melhoria da escola em todas as suas dimensões.

Abaixo, apresento um quadro-síntese do Plano, resultados das discussões realizadas pela escola:

Problema	Causas Prováveis	Principais Ações
Baixo desempenho gerando distorção série-idade	<ul style="list-style-type: none"> * Deficiência de leitura, interpretação e escrita * Alunos despreparados * Grande distanciamento da família da escola * Alta rotatividade dos professores * Altas taxas de repetência * Dificuldade da equipe para atender as diferenças individuais 	<ul style="list-style-type: none"> *Implantar um sistema de monitoramento da aprendizagem do aluno. *Oferecer aulas de reforço escolar. *Dinamizar o acesso a biblioteca.

<p>Currículo desorganizado e desarticulado</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Falta de uma proposta pedagógica da escola * Os resultados da escola não representam um instrumento para avaliação prática e readaptação do currículo * Falta de tempo para as Reuniões da Equipe * Falta de alinhamento dos objetivos de aprendizagem com as avaliações propostas 	<ul style="list-style-type: none"> *Envolver todos os professores na discussão e elaboração da Proposta Pedagógica da escola. *Discutir com a equipe os resultados das avaliações e estabelecer metas a partir deles. *Otimizar as reuniões pedagógicas para melhor aproveitamento do tempo.
<p>Falta de capacitação para profissionais docentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Falta de autonomia financeira da escola * Falta de espaço coletivo/tempo para fazer a formação permanente dos profissionais em serviço * Dificuldades para reunir num mesmo horário todo o corpo docente * Falta de um programa de formação continuada baseado nas necessidades dos docentes 	<ul style="list-style-type: none"> *Apresentar a Secretaria Municipal de Educação proposta de mudança na organização da escola sendo: 1º turno - 6º ao 9º ano; 2º turno - Ed. Infantil e 1º ao 5º ano. *Realizar capacitações para professores, pedagogos e direção.
<p>Práticas pouco efetivas em sala de aula</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Dificuldades dos professores para trabalhar interdisciplinarmente * Dificuldades dos professores para trabalhar com alunos de perfil diferenciado 	<ul style="list-style-type: none"> *Capacitar os professores da escola, através de um programa de formação continuada. *Oferecer treinamento específico para o uso adequado dos recursos

	<p>* Falta de habilidade do professor para utilizar adequadamente os recursos existentes: mapas, atlas, globo, dicionário, livros didáticos e multimídia</p> <p>* Deficiência no acompanhamento contínuo e sistemático por parte dos pedagogos e coordenadores</p> <p>* Planejamento de aulas incoerente com a realidade do aluno</p>	<p>didáticos.</p> <p>*Implantar um programa de acompanhamento sistemático na construção do planejamento e atividades em sala de aula</p>
--	---	--

Uma grande preocupação da equipe gestora foi assegurar que as metas propostas fossem possíveis de serem alcançadas e de governabilidade da própria escola, portanto deviam possuir ações claras e eficazes, capaz de intervir na realidade, tendo como foco principal a aprendizagem do aluno.

Outro problema que merece destaque e provocou acirradas discussões, diz respeito ao papel que cada profissional da educação desempenha na instituição. Conscientizar o corpo docente de suas responsabilidades com o processo de aprendizagem dos alunos, sem que estes apontem possíveis culpados pelos seus próprios erros e/ou omissões, não é tarefa fácil, pois é muito mais simples transferir os erros e fracassos para o outro: a família, a SME, a SEE, a Direção, a burocracia do sistema, a violência, a pobreza e demais setores da sociedade omissos ao seu papel social. Claro, que todos nós sabemos que vários aspectos alheios a nossa vontade interferem na aprendizagem de nossos alunos.

Nesse enfoque, a análise dos resultados das avaliações externas tomam outra dimensão, tem como finalidade fornecer ao processo pedagógico informações que permitam a equipe escolar decidir sobre as intervenções e redimensionamentos

necessários em vista ao projeto educativo, definindo coletivamente, como garantia a aprendizagem do aluno.

A importância das avaliações externas na democratização do ensino

O reconhecimento que a educação é um direito de todos e dever do Estado sendo fundamental para consolidar um país com menos desigualdades sociais, mais justo e solidário já foi alcançado. Os documentos que tratam de educação, em diversos países, comprovam esse fato. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, numa ação coletiva de esforços. Portanto, o acesso a educação se torna imprescindível. Nos sistemas escolares, as aprendizagens básicas são desenvolvidas e a pessoa se torna mais capaz de realizar e defender seus direitos.

Porém, para efetivar a educação como um bem público, há muito o que ser feito.

Nesse sentido, o gestor deve assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições. Garantir o direito de acesso, permanência e sucesso dos alunos não é tarefa fácil, mas tornam-se imprescindíveis para efetivar uma educação de qualidade.

Diante de tais desafios, as discussões coletivas dos resultados das avaliações externas visando à melhoria contínua da aprendizagem dos alunos, possibilitando a implantação de ações concretas em busca da educação de qualidade e igualdade de oportunidades aos nossos alunos, contribuem efetivamente para a garantia dos direitos básicos da educação em nosso país.

As informações sobre os resultados obtidos devem, necessariamente, levar a um replanejamento, como sugere Hofmann:

avaliar nesse paradigma é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizado, reflexões

acerca do mundo, formando seres críticos participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas. (Hofmann- p.134)

Para a concretização dos objetivos que norteiam a educação atual, uma vez que o grande desafio do sistema educacional é fazer com que os alunos tenham sucesso no sentido global.

O Projeto Político Pedagógico e as avaliações externas

A discussão sobre a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas é um tema cada vez mais frequente, pela importância desse documento como compromisso coletivo da comunidade escolar que busca a excelência no ensino, em um cenário de gestão democrática.

O Projeto Político Pedagógico é a identidade de uma instituição. Este instrumento, que deve ser funcional, além de apresentar a real situação da escola, aponta os caminhos onde a mesma deve seguir, por isso, deve expressar uma ação coletiva, um desejo de toda uma comunidade, como afirma Vasconcelos:

o Projeto Político Pedagógico (ou Projeto educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, numa definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e interação da atividade prática da instituição nesse processo de transformação. (Vasconcelos- 2012, p.169)

Nesse sentido, o PPP é justamente a forma de enfrentar as situações, visando a transformação da realidade escolar. Logo, o gestor ao criar uma cultura de

discussão dos resultados da escola que possibilite a implementação de ações pedagógicas inseridas no PPP contribue para o real papel do documento.

É importante, no entanto, frisar que o sucesso do PPP de uma escola depende da ousadia em reconhecer as transformações necessárias para a melhoria da escola e planejar formas eficazes de concretizá-las. Um PPP voltado para o futuro sem dar as costas ao passado se torna um instrumento de transformação da realidade, com mudanças de paradigmas e de atitudes.

Por essas razões, o gestor precisa viabilizar a construção e execução das propostas do PPP, a fim de garantir o desenvolvimento da educação que a sociedade atual demanda.

Conclusão

Conhecimento implica em responsabilidade e, conhecer o diagnóstico da escola, é uma importante responsabilidade que deve ser atribuída a toda a comunidade escolar sob coordenação do gestor. As avaliações externas podem ser uma importante aliada nesse processo. A apreciação dos resultados das avaliações externas contribuem efetivamente para analisar as mudanças necessárias no contexto escolar.

Esse foi um desafio trilhado pela Escola Antônio Camilo Alvim, com maior engajamento, com todos sentindo-se responsáveis pelo resultado apresentado e se posicionando como sujeitos ativos do processo contribuiu para a construção de escola melhor, onde não existem culpados mas, pessoas co-responsáveis por essa busca.

Contudo, o momento em que vivemos é o da descoberta da importância do planejamento coletivo como alicerce para as mudanças que desejamos na educação, ou seja, uma educação de qualidade pautada na gestão democrática e que garanta, sobretudo o sucesso de nossos alunos.

Certamente, muitos passos já foram trilhados, muitos desafios superados. Mas, ainda há muito que ser feito para concretizar a educação baseada nos princípios da igualdade humana, da responsabilidade social, do respeito à diversidade, do direito ao conhecimento e da democracia como almeja todo cidadão brasileiro consciente do papel da educação para o desenvolvimento do país.

Assim, a escola é capaz de fazer a diferença na vida de seus estudantes. Toda atitude em direção à transformação da qualidade da educação ofertada será bem vinda.

Bibliografia

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional/Lei Nº 9.394 de 1996. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis>. Acesso em: 14/05/2011.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º394/96*. Brasília. 1996. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 14/05/2011

BROOKE, Nigel. Em busca de um melhor desempenho. In: Nova Escolas- Gestão Escolar, n. 11, p 20-22, dezembro2010/ janeiro,2011.

HOFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. 14. ed. Porto Alegre;. Editora da Universidade. 1998.

ITABIRA. Secretaria Municipal de Educação. *Plano de Desenvolvimento da Escola: Escola Municipal Antônio Camilo Alvim*, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Boletim Pedagógico de Avaliação da Educação: Simave/Proeb -2008/ Universidade de Juiz de fora, Faculdade da Educação, CAEd.v.2 (jan/dez.2008), Juiz de fora,2008- Anual

SOUZA, Angelo Ricardo (ET AL). Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária. UFMG. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3280&advanced=0&page=&page=1>. Acesso em 18/06/2011.

VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de Ensino- Aprendizagem e Projeto Político- Pedagógico- elementos metodológicos para elaboração e realização. p.10.ed., São Paulo: Libertad, 2002.



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PPP – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

BELO HORIZONTE
2010



escola de gestores
da educação básica

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

ENISA MOURA BRETAS CHAVES DE OLIVEIRA

JULIANA MATOS MARTINS NUNES

LUCIENE CHAVES SOARES VIEIRA

WALDICE ALVARENGA SANTOS

PPP – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

BELO HORIZONTE
2010

“Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina...”

(Paulo Freire, 1996)

Dedicamos este trabalho primeira mente a Deus, por nos ter nos iluminado durante esta caminhada e nos presenteado com o dom de educar.

Aos maridos e filhos pela paciência e compreensão nos momentos de ausência.

Á toda a comunidade por ser o nosso campo de atuação e referência.

Sumário

1. Introdução.....	20
2. Finalidades.....	24
3. Estrutural Organizacional.....	27
4. Currículo.....	34
5. Tempo Escolar	39
6. Processo de Decisão.....	43
7. Relações de Trabalho.....	47
8. Avaliação.....	52
9. Referencia Bibliográfica.....	58

Introdução

A Escola Municipal Antonio Camilo Alvim está localizada na Rua: Cinco 150- Bairro Barreiro, no município de Itabira- Minas Gerais, seu funcionamento foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação através da Portaria 918/97 em 12/06/1997. O número do telefone da escola é 3834-6410 e seu e-mail em.antonio.c.alvim@hotmail.com. Oferece o ensino de Educação Infantil I e II, Ensino Fundamental (1º ao 9º Anos), sendo a entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação.

A escola recebeu esse nome para homenagear o itabirano ilustre Antônio Camilo de Faria Alvim. Homem público, político atuante, dedicou-se, sobretudo a educação: foi um dos fundadores e professor catedrático da antiga Faculdade de Filosofia da UFMG (atualmente denomina-se Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Nesta instituição, exerceu o cargo de diretor por doze anos, foi professor titular e Chefe do Departamento de História. Destacou-se também, como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e presidente da Associação de Cultura Franco- Brasileira.

As atividades educacionais se iniciaram em 1989, no sistema de escola multisseriada¹. Somente em 1993, esse modelo de ensino foi superado com a implantação de um projeto inédito na época: Nucleação de Escolas Rurais de Itabira. O objetivo desse projeto foi pôr fim às escolas rurais multisseriadas da cidade. Então, algumas escolas foram escolhidas para se tornarem um núcleo escolar e passaram a receber alunos oriundos de várias localidades rurais do município.

Constituindo como resultado de um projeto-piloto que deu certo, a escola tem uma importância histórica no contexto do ensino no Brasil: foi a primeira escola nucleada de Minas Gerais e, provavelmente do Brasil.

¹ Nas escolas multisseriadas, os alunos de todas as modalidades de ensino têm apenas uma professora, que os atende simultaneamente. O modelo foi considerado superado pelo ensino de Itabira.

Devido a sua localização, a sua implantação como “núcleo escolar” tem como meta atender aos moradores de outros bairros periféricos, tais como: Barro Branco, Ribeira e localidades rurais: Candidópolis, Posto Agropecuário, Córrego do Meio, Baixada Grande, Sítio, Capoeirão, Fundão, Bexiga, Cantagalo, Morro do Chapéu, Vista Alegre, Rio de Peixe, Palmital e Bateias. Em todos os bairros e localidades citadas existiam escolas multisseriadas. É importante ressaltar que, a maioria das localidades rurais acima, ainda hoje, não conta com nenhum transporte coletivo para os moradores.

Para que a escola atenda à proposta de Nucleação, atualmente 405 alunos são transportados diariamente, nos dois turnos (manhã e tarde), por ônibus escolares fretados sob responsabilidades da SME, com recursos provenientes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e acrescentado pela PMI. Os veículos colocados à disposição da escola são: 5 ônibus, 1 microônibus, 4 Kombis.

A Escola Municipal Antônio Camilo Alvim oferece o ensino de Educação Infantil I e II e Ensino Fundamental de 1º ao 9º Ano, em dois turnos; como pode observar no quadro abaixo:

Ensino Fundamental				
Nível de Ensino	Ano	Turno	Nº de turmas	Nº de alunos
Educação Infantil	Ed. Infantil	2º	02	38
	Ed. Infantil	2º	01	20
Ciclo Básico de Alfabetização	1º	2º	02	42
	2º	2º	01	25
	3º	2º	02	45
Ciclo Básico Complementar	4º	2º	02	39
	5º	2º	03	68
Serição	6º	1º	04	95
	7º	1º	02	56
	8º	1º	02	68
	9º	1º	02	39

A escola conta com os seguintes funcionários:

- ✓ Equipe Diretiva: um diretor e dois vice-diretores (um para cada turno);
- ✓ Equipe Pedagógica: duas pedagogas;
- ✓ Funcionários de Secretária: um secretário, um oficial administrativo;
- ✓ Coordenadores: seis, sendo um para cada área de ensino (Matemática, Português, História, Ciências, Geografia), que atendem aos professores do 4º ao 9º Ano e um para o Projeto Mais Educação;
- ✓ Profissionais de Apoio: um psicólogo, três professores de Biblioteca, um professor de Laboratório de Ciências, um professor de Informática, dois professores de reforço escolar (um para cada turno), dois professores-eventuais (para o turno da tarde);
- ✓ Oficineiros do Projeto Crês@Arte: cinco, sendo um para cada modalidade (Teatro, Dança, Artes Plásticas, Música, Fanfarra);
- ✓ Professores: trinta e um professores regentes de turma;
- ✓ Monitores do Projeto Mais Educação: doze, sendo seis para cada turno;
- ✓ Auxiliares de serviços gerais: três cozinheiras, quatro funcionários de limpeza, um funcionário para pequenos reparos do prédio escolar;
- ✓ Vigilantes: quatro vigias (trabalham em sistema de rodízio 24 horas, terceirizados)
- ✓ Motoristas: 10 motoristas (terceirizados)

Atualmente, todos os profissionais da equipe diretiva, coordenadores de área, profissionais de apoio e professores possuem 3º grau completo, com exceção de três professores, sendo que dois destes estão cursando.

O grau de envolvimento das comunidades que integram a escola é afetado pela distância de cada localidade ao estabelecimento. Observando a participação mais

efetiva apenas nos eventos festivos, desde que garanta o acesso das famílias a escola, através de disponibilização de transporte.

Para a comunidade do Barreiro, (bairro onde se localiza a escola), o prédio escolar constitui o único espaço para realização das Reuniões de Associações de Bairro, realização de curso/palestras e práticas esportivas, sendo as dependências da escola disponibilizadas para o uso da comunidade regularmente.

A discussão sobre a construção do Projeto Político Pedagógico da escola tem se tornado tema cada vez mais frequente no âmbito escolar, pelo reconhecimento da importância deste documento como compromisso coletivo de todos que almejam por um ensino de qualidade fundamentada na gestão democrática. A compreensão da construção do PPP perpassa, sobretudo, sobre a necessidade da identidade da escola.

Esta reflexão se aflorou, principalmente, após a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) em 2009, primeiramente, pelo Grupo de Sistematização do plano (composto por diretora, vice-diretoras, coordenadores, pedagogas e um professor por turno) que posteriormente, conseguiu contagiar os demais professores da importância da construção coletiva do PPP como forma de assegurar a melhoria no processo educativo. A elaboração do PPP é uma das metas a ser alcançada pela escola, tornando-se, portanto um compromisso assumido por toda a comunidade envolvida. Para concretizar essa meta traçamos algumas ações, destacando:

1. Mobilizar toda a comunidade escolar para a importância da construção coletiva do documento;
2. Elaborar cronograma com as datas das reuniões;
3. Criar um grupo de sistematização para coordenar o processo de construção, consolidação e avaliação;
4. Divulgar as ações definidas no PPP através de banner, boletins, jornal;
5. Avaliar periodicamente os objetivos pretendidos para aperfeiçoar as metas estabelecidas.

Acreditamos que, com o documento teremos amparo legal a muitos questionamentos acerca do papel da escola. A este respeito, Veiga (2004, p.37) afirma que: “o projeto político pedagógico é, em suma, um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade”.

A proposta para elaboração do PPP foi um convite para novas discussões, um despertar de possibilidades que exige de todos um olhar crítico sobre a realidade da escola, suas necessidades, seus problemas em busca de soluções coletivas. Neste contexto, Veiga considera que:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também um projeto político, por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais e coletivos da população majoritária (VEIGA,1995, p.15.).

FINALIDADE DA ESCOLA

O contexto educacional atual determina a construção de um Projeto Político Pedagógico que efetivamente atinja as finalidades da escola. Tal instrumento deve atuar como um referencial norteador, portanto, necessita ter definido claramente quais caminhos e estratégias a instituição pretende tomar.

Neste contexto é imprescindível que a escola tenha definido quais suas tendências fundamentais, que aluno quer formar e quais as alternativas buscar. Gandin (1999, p.63) afirma que “as escolas que não refletirem sobre este momento crucial serão inevitavelmente levadas a reboque dos interesses mais conservadores da sociedade em que vivemos”. Para o autor, definir as concepções filosóficas que norteiam o trabalho de uma instituição é fundamental para a escola se manter em meio a tantas e novas propostas.

Reflexões como: Que tipo de sociedade queremos construir? Que tipo de indivíduo queremos colaborar na formação? Que papel desejamos para a Escola em nossa realidade? São indagações relevantes para definirmos o perfil da escola.

Freire, em uma entrevista à TV Educativa no Rio em 1997, falou sobre sua concepção de uma escola que educa para cidadania, “A escola cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com seu discurso formador, libertador.

É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos.” O autor enfatiza que uma escola cidadã é essencialmente coerente, ou seja, equaliza sua prática ao seu discurso. E o discurso é o de formar cidadãos.

Logo, a Escola Municipal Antonio Camilo Alvim procura legitimar sua visão de uma escola que educa para cidadania no desenvolvimento de suas práticas educativas. Pois como diz FREIRE (1996, p.19), “não há pensar certo fora de uma prática testemunhal que o re-diz em lugar de desdizê-lo”. Deste modo, consideramos fundamental garantir a qualidade de nossas práticas educacionais, permitindo o acesso a uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos matriculados, independente de sua raça, religião ou situação socioeconômica, conforme garante os artigos 205 e 206 da Carta Magna brasileira.

Trabalhamos também para garantir ainda a igualdade de condições para o acesso e principalmente para a permanência na escola. Ambos, estabelecidos no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)-9394. Consideramos fundamental essa garantia, pois, acreditamos que ela é a porta para a conquista da cidadania.

A escola quer oportunizar aos seus alunos o desenvolvimento de habilidades e competências que os tornem aptos para o enfrentamento dos desafios da vida moderna com consciência e criatividade. Nesta proposta, estamos garantindo aos nossos alunos seus direitos constitucionais.

Acreditamos numa Escola Cidadã, numa instituição pública destinada a proporcionar acesso irrestrito à conquista da cidadania. Diante disso, comprometemo-nos em cooperar no âmbito de nossa esfera de responsabilidade, para o pleno desenvolvimento de nosso alunado. Para tal desenvolvimento, consideramos fundamental garantir aos mesmos:

- ✓ Acesso à matrícula.
- ✓ Cumprimento da carga horária mínima estabelecida por lei

- ✓ O direito de ler e escrever até aos oito anos de idade, providenciando recursos extras aos alunos que apresentarem dificuldade.
- ✓ Acesso a atividades que contribuam para o desenvolvimento de várias habilidades, cognitivas, artísticas, esportivas e culturais.
- ✓ Participação nos processos educacionais.
- ✓ Direito à liberdade de expressão.
- ✓ Acesso a recursos tecnológicos.
- ✓ Profissionais capacitados para ministrarem as disciplinas específicas.
- ✓ Apoio pedagógico e administrativo.

A missão da escola foi elaborada coletivamente, levando em consideração a participação de todos os segmentos representativos da escola. Temos como visão ser uma escola referência em educação com turmas do Ensino Fundamental de 9 anos, oferecendo um ensino de qualidade, primando pelo respeito e pela valorização de nossos alunos, de sua cultura e seus saberes. Conscientes da função social da escola e de nossa responsabilidade na construção da sociedade.

Nossa missão é oferecer um ensino de qualidade, com compromisso social, garantindo a participação ativa da comunidade escolar, contribuindo para a formação integral dos nossos alunos, para que eles possam agir construtivamente na transformação do seu meio.

Trabalhamos com a filosofia de que a educação humana é plural, ou seja, ela se dá na família, na escola, e na sociedade, por isto, nosso olhar de formar um cidadão com capacidade de lidar com o global. Concordamos com Freire (1995) quando diz que, a escola deve construir uma sociedade dinâmica, que recusa a imobilidade, ao contrário, indivíduos que se aventuram a descobrir e a criar.

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida. (Freire, 1995, p.63)

Nesta Perspectiva, a Escola Municipal Antônio Camilo Alvim tem como objetivo de trabalho educar para as ciências, para a política, para as letras, para as artes e para cidadania. Visamos, especificamente, portanto,

- ✓ Utilizar as informações disponíveis nos diversos meios de comunicação existentes, mas, selecioná-las e elencá-las para adotá-las em nosso uso.
- ✓ Informar toda comunidade escolar sobre o funcionamento e o sistema de ensino adotado na escola
- ✓ Valorizar a busca de novos conhecimentos para ampliar a leitura de mundo.
- ✓ Desenvolver um ambiente favorável que valorize a diversidade em todos os seus âmbitos.
- ✓ Desenvolver uma cultura que valorize o respeito a si mesmo e aos outros.
- ✓ Proporcionar aos discentes situações de aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento da criatividade e autonomia.

O compromisso com uma educação de qualidade é uma forte característica da escola em tempo integral, por isso, neste segundo semestre de 2010, abraçamos essa idéia como forma de oferecer melhores oportunidades aos nossos alunos.

O acesso à cultura, artes, novas tecnologias e esportes é visto pela escola como condição fundamental na garantia da formação cidadã de nossos alunos. Como proposta cultural e artística, oferecemos oficinas de danças e música, e um programa de teatro, com atividades que proporcionam formar e informar nossos alunos em técnicas teatrais, assim como o acesso a peças e apresentação no teatro municipal para um grande público.

Ressaltamos a importância que damos ao trabalho democrático e o quanto isso permeia todas as ações da escola. Acreditamos na gestão democrática como estratégia para a garantia de direitos. Portanto, consideramos como primazia o aluno, seus valores, saberes e seus direitos, resumindo assim nossa razão de existir.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Segundo a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9394/96 a educação escolar deve ser compromissada com o estado, a família, a comunidade, sendo a instituição escolar responsável pela complementação das ações já desenvolvidas por cada segmento mencionado anteriormente, levando o cidadão a ter um desenvolvimento integral em todos os aspectos.

A LDB dá autonomia para as escolas se organizarem estruturalmente por série, ciclo, projetos e demais. Deve-se também priorizar a liberdade, autonomia, flexibilidade e a democracia. De acordo com a lei supracitada, a Educação Básica compreende a Educação Infantil e Educação Fundamental.

Existem dois tipos básicos de estrutura organizacional característicos de qualquer instituição com fins de formação escolar: administrativas e pedagógicas. As primeiras dizem respeito ao conjunto de elementos materiais e infra-estruturais que servem de base de apoio a "ação pedagógica". As estruturas pedagógicas organizam as funções educativas para que a "escola atinja eficientemente as suas finalidades" (VEIGA, op. cit:25)

A Escola Municipal Antônio Camilo Alvim (EMACA) apresenta sua estrutura organizacional em duas etapas: *Administrativa* - assegura a gestão de recursos financeiros, físicos e humanos. *Pedagógica* - refere-se à questão ensino aprendizagem. Mesmo distintas ambas se interagem para garantir o envolvimento de toda comunidade escolar. Serão abordados abaixo os aspectos que compõe a estrutura administrativa e pedagógica da instituição:

1- ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A Escola Municipal Antônio Camilo Alvim (EMACA) propõe a possibilidade da construção do saber pelo alunado, desenvolvendo habilidades cognitivas de forma significativa e prazerosa respeitando à diversidade cultural. Com isso embasa o aluno para a prática de vida no desenvolvimento sustentável.

Esta instituição é subordinada à Secretaria Municipal de Educação (SME), que não possui sistema próprio de educação estando submetida à 24ª Superintendência Regional de Ensino de Nova Era (SRE),

A EMACA atende moradores do Barreiro, outros bairros periféricos: Barro Branco, Ribeira e localidades rurais: Candidópolis, Posto Agropecuário, Córrego do Meio,

Baixada Grande, Sítio, Capoeirão, Fundão, Bexiga, Cantagalo, Morro do Chapéu, Vista Alegre, Rio de Peixe, Palmital e Bateias.

Para que a escola atenda à proposta de Nucleação, atualmente 405 alunos são transportados diariamente, nos dois turnos (manhã e tarde), por ônibus escolares fretados sob responsabilidades da SME, com recursos provenientes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e acrescentado pela PMI. Os veículos colocados à disposição da escola são: cinco ônibus, um microônibus e quatro Kombis.

Os alunos são distribuídos em turnos organizados por idade na Educação Infantil, por ciclo no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e por série no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Seu funcionamento acontece em dois turnos:

- Matutino: 07h30min horas às 12 horas (intervalo: 10h às 10h20min)
- Vespertino: 12h30min às 17 horas (intervalo: 15h às 15h20min)

Atualmente, a escola possui treze salas de aulas, sendo dez amplas e arejadas com janelas em vidraça e três salas menores que foram adaptadas para atender a demanda da Educação Infantil. O piso natado é encerado constantemente. Todas as salas possuem quadro de giz em bom estado. O mobiliário do aluno está em precárias condições de uso.

O seu espaço físico é favorável a sua clientela precisando de alguns ajustes, conta com móveis adequados. Possui Secretaria, Sala de Diretores, Sala de Coordenação Pedagógica, Sala de Professores, Sala de Referência do Professor. Todos os espaços são pequenos, porém bem organizados e limpos. Vale frisar, que a Sala de Referência do Professor é um espaço novo, conquista realizada de acordo com a meta de valorização do professor garantida pelo Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e possui dois computadores, mesa com cadeiras, estante com revistas, livros pedagógicos e educacionais.

O espaço físico interno da Biblioteca é pequeno para atender a demanda de alunos, então foi construída uma varanda anexa com recursos do Plano Nacional de Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A biblioteca possui um acervo de livros de

literatura infanto-juvenil razoável, mas existe uma carência em materiais de pesquisa atualizados. O atendimento aos alunos é feito por três professores (dois no turno da manhã e um no turno da tarde), que além dos empréstimos de livros aos alunos, realizam outras atividades semanais com as turmas, com o objetivo de despertar o gosto e interesse pela leitura.

O Laboratório de Ciências é amplo e arejado. Possui bancadas fixas e materiais suficientes para o desenvolvimento das aulas. Conforme o cronograma, semanalmente, são realizadas atividades com as turmas de 6º ao 9º Ano, pela professora responsável.

Para a realização do Projeto “Viveiro de Mudas” a escola mantém uma horta e um viveiro de mudas nativas.

Apesar da escola estar em fase de adaptação (acessibilidade), as instalações sanitárias e bebedouros atendem à demanda dos alunos. É necessário um grande investimento por parte da SME para adaptação dessa estrutura. Adaptação essa que se refere a ambientes mais acessíveis eliminando as barreiras arquitetônicas, fazendo com que o aluno possa transitar na escola com autonomia. A instituição necessita de adequação nos banheiros, rampas de acesso, corrimões, portas, entre outros.

O Laboratório de Informática é amplo e arejado, e foi beneficiado neste ano pelo Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) com quinze computadores interligados a Internet. A proposta das aulas é dar suporte aos conteúdos desenvolvidos em sala de aula e conta com um professor de apoio.

A cozinha e o depósito de merenda são pequenos, (considerando a demanda) e com pouca ventilação. O refeitório conta com dez mesas e vinte bancos, um balcão self-service para distribuição das refeições. Esse espaço também é utilizado para reuniões, palestras e auditórios, pois a escola não possui ambiente destinado a estas atividades.

Para os alunos são disponibilizados dois bebedouros e quatro banheiros, sendo dois femininos e dois masculinos.

A escola é circundada por pátios, todos cimentados, com jardins. Porém não possui quadra de esportes. Assim, as aulas de Educação Física são realizadas muito próximas às salas de aulas, provocando tumulto constante, sendo alvo de reclamações dos professores regentes.

A escola conta com os seguintes funcionários:

- ✓ Equipe Diretiva: um diretor e dois vice-diretores (um para cada turno);
- ✓ Equipe Pedagógica: duas pedagogas;
- ✓ Funcionários de Secretária: um secretário, um oficial administrativo;
- ✓ Coordenadores: cinco, sendo um para cada área de ensino (Matemática, Português, História, Ciências, Geografia), que atendem aos professores do 4º ao 9º Ano;
- ✓ Profissionais de Apoio: um psicólogo, três professores de Biblioteca, um professor de Laboratório de Ciências, um professor de Informática, dois professores de reforço escolar (um para cada turno), dois professores-eventual (para o turno da tarde);
- ✓ Oficineiros do Projeto Crês@Arte: cinco, sendo um para cada modalidade (Teatro, Dança, Artes Plásticas, Música, Fanfarra);
- ✓ Professores: trinta e um professores regentes de turma;
- ✓ Auxiliares de serviços gerais: três cozinheiras, quatro funcionários de limpeza, um funcionário para pequenos reparos do prédio escolar;
- ✓ Vigilantes: quatro vigias (trabalham em sistema de rodízio vinte e quatro horas, terceirizados)
- ✓ Motoristas: dez motoristas (terceirizados)

Atualmente, todos os profissionais da equipe diretiva, coordenadores de área, profissionais de apoio e professores possuem 3º grau completo, com exceção de três professores, sendo que dois destes estão cursando.

O grau de envolvimento das comunidades que integram a escola é afetado pela distância de cada localidade ao estabelecimento. Assim, devido à distância e a

dispersão dos moradores da zona rural, a escolha dos membros do Colegiado fica restrita apenas aos pais que residem em localidades mais próximas à escola. O Colegiado que é eleito pela comunidade escolar de dois em dois anos para gerenciar os recursos recebidos pelos segmentos superiores. A instituição recebe hoje cinco tipos de verba:

1. Prefeitura Municipal
2. Vale Juventude
3. Cres@Arte
4. PDDE – Programa Dinheiro Direto para a Escola
5. PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola
6. PDDE - Mais Educação

Os recursos municipal e federal (PDDE) são anualmente depositados para que a instituição possa gerir de forma mais autônoma as necessidades da escola, como pequenos reparos, ou consumo de custeio e capital necessários a demanda escolar e projetos desenvolvidos. Cabe destacar que é indispensável à participação da comunidade no acompanhamento da fiscalização dos recursos.

Há na escola DVD, aparelho de vídeo, data show, televisão, microsistema, caixa amplificadora de som, livros didáticos e literários, jogos pedagógicos que são usados como apoio pedagógico.

2 – ESTRUTURA PEDAGÓGICA

A gestão pedagógica da Escola Municipal Antonio Camilo Alvim conta com especialistas de educação, professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental I, e Ensino Fundamental II. É de responsabilidade desta gestão a mobilização da comunidade escolar para a construção da proposta pedagógica.

Para Gutierrez em termos gerais participar “consiste em ajudar a construir comunicativamente o consenso quanto a um plano de ação coletiva” (GUTIERREZ, 2001, p. 62). Neste contexto a EMACA busca a participação efetiva da comunidade através da construção de projetos (ex: PPP), deixando clara a importância da

participação de cada membro e da responsabilidade que cada um passa a ser sobre a decisão coletiva.

A instituição promove festas culturais, além de oportunizar intercâmbio entre instituições de ensino de outro município. Com o apoio da comunidade escolar a instituição promove passeios turísticos (Caminhos Drummondianos, teatro, cinema, além são usados filmes)

A Escola Municipal Antônio Camilo Alvim oferece o ensino de Educação Infantil I e II e Ensino Fundamental de 1º ao 9º Ano, em dois turnos; como pode observar no quadro abaixo:

Ensino Fundamental				
Nível de Ensino	Ano	Turno	Nº de turmas	Nº de alunos
Educação Infantil	Ed. Infantil	2º	02	38
	Ed. Infantil	2º	01	20
Ciclo Básico De Alfabetização	1º	2º	02	42
	2º	2º	01	25
	3º	2º	02	45
Ciclo Básico Complementar	4º	2º	02	39
	5º	2º	03	68
Serição	6º	1º	04	95
	7º	1º	02	56
	8º	1º	02	68
	9º	1º	02	39

Além das disciplinas da Matriz Curricular, é oferecido aos alunos do 6º ao 9º Ano, atividades diferenciadas através do Projeto Cres@Arte, iniciativa da SME. São atendidos vinte e dois alunos com aulas de teatro, vinte alunos com aulas de Música, vinte e cinco alunos participam das aulas de Artes Plásticas, vinte e três alunos integram a Fanfarra e vinte alunos realizam aulas de Dança. As atividades são oferecidas no contra-turno, sendo assim, os alunos permanecem na escola, recebem

alimentação e retornam para casa somente no final do turno da tarde, pois dependem do transporte escolar.

As adaptações de acessibilidade também atingem diretamente as atividades acadêmicas dos alunos com necessidades especiais, necessitando de mudanças tanto no nível da escola quanto da SME. As propostas são inúmeras entre elas reforçamos a capacitação do professor, recursos pedagógicos adaptados para deficientes, comunicação alternativas.

Para o segundo semestre de 2010, será implantado o Programa Mais Educação, que atenderá a trezentos alunos em tempo integral. Nesta proposta serão desenvolvidas oficinas de ginástica rítmica, basquete de rua, letramento, taekwondo, percussão e rádio escola.

A reflexão sobre a estrutura organizacional da escola propõe identificar quais estruturas são valorizadas e por quem, avaliando as relações funcionais entre as mesmas. Entretanto é necessário ter clareza sobre a importância da organização norteada por finalidades, ajuizada e permeada pelas questões do poder.

Assim, levando em consideração o contexto, os recursos, a realidade escolar e as limitações cada escola assume sua identidade, promovendo no coletivo o seu Projeto Político Pedagógico, proporcionando a construção de uma nova organização.

Currículo

A escola tradicional sempre apresentou o conceito de currículo como algo inflexível e isolado. Esta concepção se apresentava sem significação para o aluno, desse modo, o currículo deixava de ser ferramenta para o desenvolvimento das capacidades intelectuais e cognitivas do educando. Numa perspectiva mais atual, o currículo passa a ser definido como o conjunto de situações de aprendizagem que permeiam as ações educativas da escola.

Compreender Currículo Escolar é entender que, todas as atividades desenvolvidas na escola têm também uma função social, por isso, devemos ter como objetivo o conhecimento funcional do aluno. É por meio dos conteúdos básicos que os alunos passam entender o mundo que os circuncidam. Os espaços escolares devem privilegiar os interesses e vocações de seu alunado oferecendo currículos complementares que possibilite a formação integral do educando.

Partindo desse pressuposto, a Escola Municipal Antonio Camilo Alvim (EMACA) propõe um currículo dinâmico, já que a vida do aluno e da escola está em constante dinâmica. Assim, buscamos uma proposta que favoreça a valorização das experiências tanto dos educandos quanto dos educadores. Logo, o queremos dizer é que a escola deve ser um espaço de construção de conhecimento e formação de identidade.

(...) define-se currículo como um conjunto de ações que cooperam para a formação humana. Nesse sentido, falar de currículo é falar de uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. O currículo preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona subsídios para a execução das ações. Porém, questões como o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como avaliar devem estar presentes. (Guia de Estudos para Certificação Ocupacional do Dirigente Escolar-SEE/MG-2006, p.15)

A Escola Municipal Antonio Camilo Alvim, EMACA baseia-se na Lei 9394/96, de 20/12/96 no seu artigo 26 que diz: “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

Todavia, a Secretaria Municipal de Educação não possui sistema próprio de educação, por essa razão, embasamo-nos pelas resoluções da Secretaria de Educação do Estado. Com base na Resolução Nº1086 de 16 de abril de 2008, que dispõe sobre a organização e funcionamento nas escolas estaduais de Minas Gerais foi construída nossa proposta pedagógica.

As ações para construção do currículo dentro da escola muitas vezes se cristaliza em nossas mãos, pois a SME constrói a proposta curricular dentro de seus

departamentos e seções. Sendo, portanto o currículo, não coerente com as unidades escolares.

Entretanto, a EMACA propõe ações didáticas que visam à construção de uma proposta curricular participativa e voltadas para a realidade de sua comunidade escolar. Dessa forma, tornamos possível a construção da identidade desta instituição, assim levamos para reflexão entre os professores os princípios que darão segmento ao desenvolvimento do trabalho.

É compromisso de a EMACA oferecer uma educação de qualidade ao nosso alunado. Esta linha de trabalho tem sido um desafio no decorrer desenvolvimento das atividades educacionais.

O Ensino Fundamental I está organizado em cinco anos, sendo os três primeiros anos denominados ciclo de alfabetização e o 4º e 5º ano ciclo complementar. Para 2010, a SME determinou que o trabalho do 4º e 5º ano fosse realizado por área conforme instrução enviada pela SME. O Ensino Fundamental II está organizado em quatro anos em regime de seriação.

A matriz curricular utilizada na escola foi elaborada pela SME, não se pensando, portanto, a respeito das necessidades educacionais da instituição. Logo o trabalho pedagógico deve sobrepor-se a exigência da matriz curricular. Deste modo, faz-se necessário aos docentes desenvolver um trabalho que resgate e valorize o conhecimento trazido pelo aluno.

O Currículo é, nessa concepção, muito mais do que um elenco de disciplinas e conteúdos de ensino; consiste em pensar a escola por dentro, se insere como instrumento necessário ao atual momento histórico. Nesse sentido, contrário ao que afirmam as políticas educacionais, deve ser tecido buscando-se referências em princípios que reforcem a necessidade de mudanças a partir do real. Não podendo, portanto, ser reduzido a parâmetros e ou a ações uniformes que emanam do centro para as escolas.

Yus (2009, p. 21) diz que “como não há duas pessoas iguais, o currículo deve ser bastante aberto e flexível para permitir uma contínua adaptação de cada um a uma meta coletiva e cooperativa.” Em decorrência à concepção apresentada concordamos, pois, o ensino deve ser centrado no aluno, seus conhecimentos são ferramentas para a construção do planejamento, visando o desenvolvimento integral do indivíduo. Isso não ocorre com uma proposta já estabelecida e engessada.

Nesta perspectiva, outras propostas surgem através de projetos pedagógicos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação (SME), ou no planejamento com a equipe escolar no início do ano letivo. O cronograma de projetos a serem seguidos pelas escolas é apresentado pela SME nas reuniões gerenciais e adaptados à realidade e necessidade da escola. A parte diversificada da grade contempla os conteúdos a serem trabalhados pelos projetos. As Especialistas, coordenação de área e profissionais do Núcleo Itabirano de Estudos Permanente(NIEP) monitoram o andamento das ações propostas correspondentes aos critérios e orientações do currículo.

A SME em parceria com a “Vale” está desenvolvendo um projeto de formação para gestores que tem por objetivos melhorar o IDEB do município e a formação de rede entre as escolas municipais. Este projeto acompanha o desenvolvimento das ações executadas dentro das escolas para fortalecer o trabalho do gestor. Os encontros acontecem mensalmente como espaços de formação para o crescimento dos profissionais e o fortalecimento do trabalho em rede.

A Secretaria Municipal de Educação de Itabira tem o mesmo objetivo da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais que é “Toda Criança Lendo e Escrevendo até os oito anos de idade”. Esta proposta está expressa na resolução 001\ SME\ 2009. Neste contexto vimos à necessidade de assumir a subjetividade implícita no processo de construção de um currículo que nos leve a alcançar esta meta. Para isso, priorizamos a leitura, a interpretação escrita e oral, a escrita e a produção textual, como habilidades que norteiam o trabalho em todas as disciplinas.

Devido ao baixo IDEB que a escola apresentou, passamos a participar do programa do Governo Federal PDE-Escola e agora estamos começando a enfrentar o desafio

de implantar o tempo integral, esse processo vem sendo respaldado pelo programa “Mais Educação”.

O objetivo do PDE- Escola é auxiliar a comunidade escolar no mapeamento das principais demandas apresentadas pela escola a fim de construir um ambiente favorável a aprendizagem e ao bom desempenho dos alunos. Este projeto nos permitiu traçar metas e estratégias, através desta obtivemos recursos para: formação continuada para os professores, adaptação dos espaços físicos para acessibilidade, aquisição de material didático/pedagógico e ampliação do acervo literário pra os alunos e também para os professores.

A EMACA para corresponder as expectativas de aprendizagem acredita que é necessário uma organização curricular que oportunize a percepção mais globalizada do aluno e de suas experiências, socialize os saberes valorizando a prática dialógica, reorganizando os tempos e o espaço da escola numa perspectiva de educação integral e valorize a interdisciplinaridade.

A nova política de Educação integral estabelecida na escola visa contribuir para o alcance do objetivo de otimizar as ações educativas, proporcionando educação de qualidade. As atividades, portanto, implica diretamente na melhoria do desempenho dos alunos, principalmente nas habilidades de Língua Portuguesa (leitura e escrita) e matemática(resolução de problemas)

Acreditamos numa proposta curricular que possibilite ao educando se libertar do determinismo, se reconhecendo como sujeito histórico, construindo sua identidade cultural tanto na dimensão individual quanto social, desta forma o aluno pode desenvolver sua autonomia.

Na Matriz curricular do ensino Fundamental II os conteúdos estudados são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Artes, Ensino Religioso, História, Geografia, Língua Estrangeira e Educação Física. Todos os conteúdos são trabalhados interdisciplinarmente e sistematizados.

Os cadernos do CEALE nortearam a construção da proposta curricular do ensino fundamental I da rede, que embasa o trabalho realizado com a disciplina de língua portuguesa dando também suporte aos demais conteúdos. Este trabalho acontece de forma interdisciplinar. Nos conteúdos de ciências e geografia enfatizamos a questão ambiental, porém a proposta curricular ainda esta sendo construída.

Em Matemática, todas as escolas da rede municipal receberam a proposta curricular elaborada por representantes da SME, professores e especialistas da rede municipal.

No conteúdo de história valoriza-se a cultura rural, pois a escola recebe alunos da zona rural. Os conteúdos extracurriculares aprendidos nas oficinas compõem a parte diversificada e são ministradas por monitores voluntários.

A Escola Antonio Camilo Alvim, baseia o trabalho nas turmas de Educação Infantil, na proposta do município que é baseada nos Referenciais para Educação Infantil. (1998). Estes instrumentos construídos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) são agrupados em dois volumes relacionados aos âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo.

A escola, portanto, deve estar ciente de que como defendem Santos e Paraíso (1996, p.37) “o currículo constrói identidades e subjetividades: junto com os conteúdos das disciplinas escolares; e também adquirem-se na escola percepções , disposições e valores que orientam os comportamentos e estruturam personalidades.”

Não nos cabe, porém, delimitar o currículo, pois, este é um elo entre o que se pensa sobre a educação e a prática pedagógica, entre o que se planeja e o que realmente se faz. Entretanto, é necessário ressaltar que a elaboração do currículo deve ocupar um lugar central na condução do processo educacional e em direção aos seus objetivos.

Tempo Escolar

A escola deve ser um local que privilegia a convivência entre diferentes formações étnicas, religiosas e da formação dos seres como cidadãos participativos da construção do seu próprio saber. Sendo a escola um espaço de formação educativa não pode se esquecer que não é o único. Entende-se que ao trazer os saberes e talentos do cotidiano para dentro do espaço escolar amplia-se as experiências de aprendizagem dos educandos.

A Escola Municipal “Antonio Camilo Alvim”, atende o Ensino Fundamental de nove anos (1ºano ao 9ºano), conforme estabelecido na Resolução da Superintendência do Estado da Educação (SEE) N°1086, de 16 de abril de 2008, ãe artigo 2º. Oferece também a Educação Infantil I e II (04 e 05 anos) atendendo ao pressuposto da Constituição de 1988, que reconhece a educação infantil como direito das crianças de 0 a 6 anos de idade, dever do Estado e opção da família.

Os alunos atendidos pela escola são principalmente oriundos da zona rural. No turno da manhã atende o Ensino fundamental II do 6º ao 9º ano e a tarde Educação Infantil e Ensino Fundamental I do 1º ao 5 ano.

O tempo de permanência dos alunos na escola é compreendido em dois turnos, sendo que o primeiro se inicia 7h30 e termina às 12h com módulos de aula de cinqüenta minutos. O segundo turno acontece de 12h30 às 17h, com intervalo para recreio de vinte minutos em cada turno. O horário das aulas está fundamentado na LDB nº 9394/96 que garante duzentos dias letivos e oitocentas horas de trabalho, tanto para o Ensino Fundamental quanto para a Educação Infantil.

A interação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental é indiscutíveis, ambos envolvem conhecimentos e afetos. Nesse caminho, a EMACA assegura a apropriação do conhecimento a todos, garantindo a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica. Sendo assim, para a educação infantil a escola garante momentos de intervalo para recreio diferenciado dos demais alunos garantindo espaços para brincadeiras e para alimentação. As atividades dentro da sala garantem que os alunos tenham a oportunidade de construir os conceitos do dia a dia e, portanto sejam capazes de entender os conceitos científico com a

manipulação de objetos e matérias, estudo do meio, leitura de história e poemas ,
reconto de historias, cantar, reprodução de sons e movimentos.

O tempo escolar da educação infantil está fundamentado também na LDB nº
9394/96.

O calendário anual é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação (SME)
seguindo orientações da Superintendência Regional do Estado, 24ª de Nova Era.

No calendário fica garantido:

- dias letivos;
- eventos festivos;
- período de avaliações das etapas;
- renovação de matrícula;
- período de novas matrículas;
- período de recuperação;
- conselho de ciclo e de classe.

Estando a escola sob a subordinação da SME segue todas as resoluções e decretos
estabelecidos pela mesma. Sendo assim, o ano letivo para o ensino fundamental
esta dividido em três etapas, conforme Resolução nº001 de 2010, publicada em 22
de dezembro de 2009.

A escola se organiza também no tempo escolar dos seus profissionais, os
professores dos 6º ao 9º ano se reúnem quinzenalmente, conforme cronograma,
por duas horas com a coordenação de área para reunião de planejamento e ou
estudo.

Os professores de educação infantil e anos iniciais de 1º ao 5º ano se reúnem
semanalmente com a coordenação pedagógica para discutir, definir e acompanhar
o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Esse momento, funciona
como instrumento de apoio ao trabalho desenvolvido pelos professores.

A escola possui também um professor de apoio para os alunos com dificuldades de aprendizagem. O alunos voltam a escola no contra turno para serem atendidos duas vezes por semana em módulos de 2 horas por dia. Os alunos que possuem alguma deficiência mental são encaminhados a APAE também no contra turno e a escola oferece a eles condução e alimentação (almoço). Já os deficientes auditivos e visuais são encaminhados ao CEMAE, onde recebem aulas especializadas em Braille ou LIBRAS, duas vezes por semana, estes alunos ainda são atendidos na própria escola por professores itinerantes conforme sua deficiência. Estes atendimentos são garantidos pela SME. Segundo Cavaliere (2007,p.08):

Caso se considere que preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da escola, o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis, toda uma infra-estrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo.

Foi baseado nesse pensamento, que a Escola Municipal Antonio Camilo Alvim dividiu seu tempo de acordo com os alunos atendidos e com a disponibilidade de espaço físico existente. A escola está inserida no projeto do governo federal “Mais Educação” que tem como objetivo a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva de Educação Integral.

No que se refere ao tempo integral a escola está organizada conforme a LDB n.º 9394/96, no seu artigo 34 que diz: “ A jornada escolar no ensino fundamental incluíra pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”.

Foi pensando no artigo acima referido, que o tempo escolar está passando por alterações visando promover melhor rendimento do alunado desta escola. O tempo de permanência dos alunos na escola será estendido a sete horas por dia para cada comunidade atendida, conforme prevê o Projeto do governo federal “Mais Educação”.

Almeja-se que esta estruturação do tempo crie possibilidades reais para que os alunos possam desenvolver-se como cidadãos; e que sejam capazes de progredir superando os desafios que a vida lhes oferece.

As atividades do “Mais Educação” são organizadas em oficinas extracurricular com um tempo de duração de uma hora cada. São oferecidas oficinas de percussão, ginástica rítmica, basquete de rua, taekwondo, letramento e rádio escola.

O trabalho é realizado por monitores, as oficinas são compostas por trinta alunos, que através de rodízio participam duas vezes por semana de cada oficina. Os alunos participam das oficinas no contra turno das aulas.

Além do projeto “Mais Educação”, a escola ainda oferece em parceria com a SME o projeto Crês@arte que tem como objetivo trabalhar artes cênicas, artes plásticas, musica, dança e fanfarra.

Nessa organização do tempo escolar, a instituição garante maior permanência dos na escola, pois acredita que o sucesso depende do compromisso assumido com a formação integral dos discentes.

A EMACA acredita na importância da organização do tempo escolar para fortalecer a qualidade do trabalho pedagógico oferecido aos alunos, tornando-os sujeitos capazes de superar suas dificuldades e construir sua própria identidade.

Processos de Decisão

A escola que tem como foco a qualidade do processo ensino-aprendizagem precisa garantir mecanismos de ampliação do acesso a todos no que se refere aos processos de decisões e a flexibilidade para interagir com toda a comunidade escolar. Dessa forma, se efetiva uma escola com práticas decisórias, onde o espaço escolar cria possibilidades do acesso, da permanência e do sucesso dos alunos.

A Constituição de 1988 propõe mudanças na gestão educacional com base na sustentação da autonomia escolar e na gestão compartilhada e comunitária das escolas. Essa iniciativa consolidou-se com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº9394/96, no inciso VIII do Artigo 3º, no título II, trata da “questão democrática do ensino público”, destaca o princípio da participação e fortalece o espaço para a gestão colegiada. Os Artigos 14 e 15 da referida lei, incentivaram a descentralização administrativa, a autonomia da escola, e a participação da equipe escolar e da comunidade no processo de decisões, incentivando progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, como forma de garantir a eficiência da escola pública e torná-la eficaz.

Nesse sentido, torna-se necessário consolidar mecanismos para garantir a participação dos vários segmentos da comunidade escolar nas decisões da escola.

A EMACA acredita que, a gestão colegiada favorece a autonomia, a participação escolar e a efetivação do Projeto Político Pedagógico. Gandim observa que “quando as pessoas e as instituições organizam e decidem sua prática, para, de alguma forma, intervir na realidade, utilizam um esquema de padrão de pensamento. Nas ações com resultados satisfatórios, há uma constância na sequência dos passos que são vividos.” (1990, p.27.)

Em busca pelo exercício da autonomia em seu processo de decisões, essencial numa gestão democrática, a EMACA conta com o Colegiado Escolar, Conselho de Turmas, Assembléia de Turmas, Reuniões Administrativas e Pedagógicas.

O Colegiado Escolar é composto por todos os segmentos da escola, exerce ações de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade de ensino, conforme o regimento escolar. Precisa ser um espaço coletivo de colaboração, reflexão, decisão e divisão das responsabilidades, podendo contribuir significativamente na construção da democracia e na qualidade da educação.

Numa visão de gestão democrática, concluímos que precisamos ampliar a participação do Colegiado. Este órgão, precisa se tornar mais atuante, principalmente nas funções deliberativas e mobilizadoras, contribuindo com a sua

parcela significativa no processo de gestão democrática, através da participação efetiva nas definições e na execução das ações.

Sabemos que, a distância das comunidades a instituição dificulta o envolvimento das famílias no dia a dia da escola. Porém, é preciso viabilizar transporte para garantir o acesso e esclarecer sobre a importância da participação de todos, para que se sintam responsáveis pelas ações que envolvam a vida escolar de seus filhos.

A escola propõe também, momentos coletivos de discussão acerca do processo-ensino aprendizagem:

- ✓ Reuniões de Coordenação com a Direção: semanalmente, a direção se reúne com as pedagogas e os coordenadores de área a fim de discutir as questões da escola. Nesse encontro, é possível planejar ações/projetos, dividir responsabilidades, socializar as experiências que deram certo ou não, compartilhar conflitos e juntos procurar soluções.
- ✓ Reuniões quinzenais, em módulos de 2 horas, quando os coordenadores de área de cada disciplina planejam com os professores as atividades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem. Em encontros com cronograma estabelecido, definem conteúdos, estratégias de ensino, método de avaliações e discutem projetos, formas de intervenção. Ou seja, no grupo são partilhadas informações e tomadas de decisões, de modo que cada um faça o seu trabalho individual com responsabilidade, para repercutir no sucesso coletivo.
- ✓ Reuniões Mensais em módulo de 4 horas, reúne-se toda equipe diretiva e docente. Este é um espaço privilegiado para a discussão das práticas, reflexão e socialização do trabalho realizado, momentos de estudo e interação entre todos os envolvidos.
- ✓ Conselhos de Turmas: formado por pedagogo, professores da turma, coordenadores de área e direção. Neste espaço, discute-se o fazer pedagógico, o desempenho dos alunos e formas de intervenções para melhoria no processo ensino-aprendizagem. As discussões realizadas são registradas em instrumento pedagógico..

- ✓ Assembléias de Turmas: são constituídas pelo pedagogo, professores da turma e alunos. Podem ser convocadas especialmente para discutir um determinado problema ou podem ter caráter preventivo.

Consideramos as Assembléias de Turmas parte crucial do processo ensino-aprendizagem, pois proporcionam aos nossos alunos conhecerem o que foi discutido sobre eles. Dessa forma, criamos oportunidades para refletirem sobre suas posturas, compromissos e resultados, analisando o que podem fazer para melhorar o rendimento e como contribuir para a melhoria da escola, gerando um clima mais agradável e de confiança.

Em 2010, foram realizadas pelo Serviço de Orientação e Psicologia Escolar, 07 assembléias com turmas de 6º ao 8º anos, com os seguintes objetivos:

- ✓ apresentar através de gráficos;os resultados da 1ª Etapa Letiva;
- ✓ refletir sobre os resultados alcançados pela turma;
- ✓ discutir sobre os fatores que influenciaram no alcance destes resultados pela turma;
- ✓ buscar soluções para a melhoria dos resultados apresentados

Destacamos aqui, algumas ações que foram realizadas após as Assembléias de Turmas:

- ✓ conversas com o grupo de professores no que diz respeito às questões apontadas pelos alunos;
- ✓ conversas individuais com o professor para casos mais específicos;
- ✓ conversas com a direção ou com outros profissionais no que diz respeito às questões externas;
- ✓ retorno para a turma das medidas tomadas acerca de seus relatos;
- ✓ outros encontros com a turma para sanar dificuldades detectadas (orientação de estudos, análise dos critérios de avaliação qualitativa)

Promover uma democratização nas relações escolares, de forma a modificar a mentalidade das pessoas em relação ao trabalho participativo é uma tarefa árdua e complexa. Implica provocar mudanças na gestão escolar, romper paradigmas, dividir responsabilidades, assumir e cumprir compromissos.

Trata-se de um grande desafio, abrir verdadeiramente as portas da escola para a participação de todos os atores envolvidos na complexa missão de educar.

Relações de Trabalho

Os avanços que hoje ocorrem na educação refletem diretamente nas relações humanas existentes na unidade escolar. A globalização, que hoje permite a comunicação com países e continentes, outrora quase incomunicáveis, acabou interferindo na reciprocidade das relações mais próximas. Entre essas as relações na escola.

A Escola Municipal Antonio Camilo Alvim defende que as relações pessoais no âmbito escolar devem primar pelo respeito à diversidade e a valorização de todos envolvidos no processo educativo.

Para que as relações de trabalho sejam saudáveis, acreditamos ser necessário ter estabelecido de uma maneira bem clara, os papéis de cada segmento, seus direitos e seus deveres. Assim garantimos uma melhor organização da escola.

A Escola Municipal Antônio Camilo Alvim é composta pelos seguintes segmentos:

- ✓ Direção
- ✓ Vice-direção
- ✓ Secretaria
- ✓ Serviço Pedagógico
 - ✓ Coordenação de Área
 - ✓ Corpo Docente
 - ✓ Equipe Administrativa (Secretaria Escolar)
 - ✓ Auxiliares de serviço
 - ✓ Corpo Discente
 - ✓ Colegiado Escolar

Ao gestor cabe administrar o patrimônio que compreende as instalações físicas, os equipamentos e materiais, coordenar a administração financeira e a contabilidade da escola, coordenar a administração de pessoal, promover a avaliação de desempenho dos profissionais de acordo com a legislação vigente e favorecer a gestão participativa da Escola.

O gerenciamento das ações de desenvolvimento dos recursos humanos, orientação ao efetivo funcionamento da Secretaria da Escola, são atribuições do gestor. Assim como participar do atendimento escolar no município, representar a escola junto aos demais órgãos e agências sociais. Entretanto, é relevante citar que a coordenação, a elaboração, implementação e avaliação do Plano Político Pedagógico e Proposta Curricular (definição dos conteúdos correspondentes ao ciclo ou ano) são atribuições proeminentes à sua função de gestor.

Todavia, o gestor tem como eixo principal cumprir com o compromisso sócio político dos interesses da comunidade escolar. Buscando a formação do cidadão através de ações educativas realizadas na escola, propiciando aos alunos condições de acesso e permanência na escola.

São atribuições de o vice Diretor gerir conjuntamente com o diretor a unidade escolar, substituindo-o em suas faltas. Ao vice diretor cabe ainda, auxiliar o Diretor no desempenho de suas funções; acompanhar e controlar a execução das programações relativas às atividades de apoio administrativo, técnico e pedagógico, mantendo o Diretor informado sobre o andamento das mesmas.

A Secretaria, dirigida por um Secretário Escolar que assina pelos documentos da escola e auxiliado por um oficial administrativo tem a finalidade de promover a organização dos serviços de escrituração escolar do estabelecimento; a execução e controle das normas administrativas da Escola; o planejamento e o acompanhamento de todo o processo de matrícula.

Também é função deste segmento supervisionar a expedição de transferência e tramitação de qualquer documento, declarações, históricos escolares, atas e outros documentos oficiais. Além de promover o atendimento interno e externo.

O setor pedagógico da escola é composto pelas especialistas de educação e os coordenadores de área e a estes compete planejar, controlar e avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas no estabelecimento de ensino.

Os especialistas de educação colaboram com o professor na identificação de alunos com dificuldades de aprendizagem e encaminhamento às instituições especializadas (CEMAE, APAE, Centro de Atenção Psicossocial Infantil-CAPSI), alunos que necessitem de atendimento terapêutico.

Os coordenadores de área assessoram os professores na utilização dos procedimentos e recursos didáticos mais adequados a cada disciplina para atingir os objetivos curriculares.

Compete a estes, planejar com os professores as atividades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem. Coletivamente, em reuniões com cronograma estabelecido, definir conteúdos, estratégias de ensino, método de avaliações e discutem projetos, formas de intervenção. Ou seja, no grupo são partilhadas informações e tomadas de decisões, de modo que cada um faça o seu trabalho individual com responsabilidade, para repercutir no sucesso coletivo.

Também é função destes segmentos participar efetivamente da construção do Projeto Político Pedagógico da escola e realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento no processo educativo.

Os professores atuam como profissionais e cidadãos respeitando a realidade do alunado, promovendo o processo do ensino aprendizagem, buscando a efetivação da educação educativa.

A este segmento, fundamental na qualidade da escola, cabe ministrar as aulas de cada disciplina, garantindo ao aluno o acesso ao conteúdo curricular e ao tempo escolar de qualidade.

Na escola todas as relações são educativas, portanto, a responsabilidade de cuidar da limpeza dos espaços não pode ser função apenas dos auxiliares de serviço.

Acreditamos que estes profissionais, vitais na boa organização da escola, são educadores em potencial e contribuem significativamente para a formação de nossos alunos.

Essencial numa gestão democrática efetiva, o Colegiado Escolar tem como atribuições exercer ações de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade de ensino. As funções deliberativas referem-se à tomada de decisões quanto às diretrizes e linhas gerais das ações desenvolvidas na unidade de ensino.

As funções consultivas referem-se à emissão de pareceres para diminuir dúvidas sobre situações decorrentes das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, bem como a proposição de alternativas de solução e de procedimentos para a melhoria da qualidade do trabalho escolar (ética e fiscalização do trabalho escolar). A participação ativa do Colegiado escolar garante a transparência das ações da escola, sendo este órgão a representatividade da família na instituição.

Ao aluno, essência da educação escolar converge todas as ações da escola. A nossa finalidade é a formação de um indivíduo que contribua positivamente para o desenvolvimento da sociedade. Portanto, cabe a escola garantir os direitos constitucionais a cada indivíduo que nela chega. Todavia, também é função desta instituição estabelecer regras e limites que contribuam para a formação da consciência de que o educando é um indivíduo com direitos, mas, também com deveres.

As avaliações externas e os resultados apresentados pelo IDEB também norteiam nosso trabalho. Temos como um de nossos objetivos aumentar nosso índice e conseqüentemente melhorar a qualidade de nossas práticas. Acreditamos que a valorização dos profissionais da educação é estratégia de sucesso nesta conquista. Esta valorização se dá em várias esferas, desde a presença de um bom relacionamento dentro da instituição, quanto no investimento na formação do pessoal.

A Escola Municipal Antônio Camilo Alvim oferece aos professores um programa de formação continuada. A demanda de cursos e temas é levantada pelo grupo no início de cada ano letivo e a partir daí traçado um cronograma de formação durante todo o ano. Estes cursos são ministrados por profissionais de cada área levantada e contratados pela escola. Além dessa proposta, aos docentes da instituição são periodicamente oferecidos cursos da SME através do NIEP.

Há também uma preocupação da instituição em manter uma relação próxima à família do aluno e uma ação que realizamos é o Projeto: Escola de pais. Este visa dialogar com a família sobre suas maiores dificuldades em relação ao aluno e juntos, família e escola buscamos respostas para as mesmas.

As relações de trabalho realizadas no contexto escolar são fortes indicadores da qualidade de ensino de uma instituição. Identifica-se, ainda, que o trabalho coletivo leva o grupo a um maior sentimento de empoderamento da escola, o que contribui para o desenvolvimento de relações saudáveis e maior comprometimento de toda comunidade escolar.

A Escola Municipal Antonio Camilo Alvim busca resolver os conflitos que surgem na sua rotina diária utilizando-se de justiça e bom senso. Primamos pelo diálogo e o respeito, considerando a voz e vez de cada um, independente de sua posição na escola, aluno, direção, professor, família... Acreditamos que a escola é um espaço onde se aprende a resolver conflitos, por isso, procuramos agir como mediadores e apaziguadores, mas, nunca, omissos.

Possuímos ainda um Regimento Escolar que explicita as normas internas da instituição. Aos pais é passada uma cartilha com o regimento interno, aos alunos há um momento de estudo, reflexão e debate das regras deste regimento e aos professores um momento de reflexão sobre o mesmo. Isto acontece anualmente, geralmente no início do ano letivo.

Contudo, esperamos cumprir com o nosso papel de ser um ambiente agradável e que propicie efetivas ações educativas. Acreditamos que, as relações envolvidas

neste período escolar contribuem de forma positiva ou negativamente no processo de aprendizagem, por isso, zelamos por este eixo em nossa instituição.

Avaliação

Segundo Depresbíteres (2005, p.76), "educação é processo e avaliar esse processo é dever das instituições: ganhar espaços, gerar mudanças, promover melhorias devem fazer parte integrante da consciência do educador". Conscientizar-se que avaliar é muito mais que medir ou atribuir um valor em forma de nota ou conceito, é um paradigma que aos poucos está sendo quebrado. Avaliar implica antes de tudo atribuir significado as coisas que nos rodeiam e valorizá-las.

Numa instituição escolar a avaliação é parte integrante e fundamental do processo educativo, por meio dela, a escola reflete sobre suas ações cotidianas e suas próprias práticas pedagógicas. Este instrumento é integrador entre o ensino e a aprendizagem e uma ação que ocorre durante todo o processo.

Olhar a avaliação com outros olhos não é apenas tendência, é Lei. Segundo o artigo 24, inciso V, alínea a da LDB, "a avaliação deve ser contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais." (Art. 24, LDB n.º 9394/96)

Pensar sobre a avaliação praticada na Escola Municipal Antonio Camilo Alvim levou-nos a refletir sobre os processos avaliativos existentes nesta instituição em seus diversos segmentos e seus respectivos objetivos.

Existe a avaliação da instituição, em que se destaca a participação do coletivo da comunidade escolar, a avaliação de desempenho dos profissionais da escola desenvolvido pela comissão avaliadora escolhida pelo grupo da instituição. Há também, a avaliação sistêmica, ou seja, conjunto de avaliações realizadas sob responsabilidade do poder público podendo ser da esfera municipal, estadual ou federal.

O desafio da EMACA sobre avaliação de aprendizagem é um tema atual que levou-nos a refletir sobre nossas práticas e mexeu com todos da equipe escolar. Essa situação nos levou a buscar uma nova forma de inserir toda comunidade escolar no processo avaliativo.

Em reunião com a equipe da escola, apresentamos os resultados do IDEB, fazendo desta forma uma reflexão dos resultados das avaliações sistêmicas que participamos (SIMAVE, Provinha Brasil, e SAEMI). Questionamos se nossas avaliações internas estavam de acordo com a proposta do sistema educacional proposto pelo poder público (Nacional, Estadual e Municipal).

Constatamos que, alguns de nossos professores são resistentes à proposta de aprovação automática, considerando a avaliação como um instrumento de manipulação e coerção e não como parte integrante do processo educativo, assim, poderíamos explicar o conceito errôneo sobre avaliação existente na escola.

Após vários encontros de discussões com a equipe escolar, baseados em legislações que garantem ao aluno o direito a uma educação de qualidade, construímos um novo conceito avaliativo. Este deverá valorizar a ação-reflexão-ação, adaptando novas metodologias, adequando os conteúdos as necessidades dos educandos e respeitando as diferenças individuais.

Os instrumentos avaliativos para os processos qualitativos e quantitativos (conforme Resolução 001/2010 – SME/Itabira) utilizados pela EMACA são:

Aspectos qualitativos	Aspectos quantitativos
Trabalho em grupo	Provas objetivas e dissertativas
Observação de seu comportamento e sua participação nas atividades escolares.	Trabalho em grupo
Execução das lições de casa.	Simulado
Registros descritivos das habilidades consolidadas e em construção do aluno.	

A auto-avaliação constitui instrumento importante para o desenvolvimento do aluno, por isso, também utilizamos este mecanismo como estratégia de aprendizagem e construção da autonomia. Acreditamos que ao proporcionar ao educando a reflexão sobre sua postura buscamos facilitar a tomada de consciência de seus avanços, suas dificuldades e possibilidades.

Estando a escola sob a subordinação da SME segue todas as resoluções e decretos estabelecidos pela mesma, sendo assim, o ano letivo está dividido em três etapas, conforme resolução nº001 de 2010, divididas da seguinte forma;

1ª ETAPA

Durante a 1ª Etapa, foram distribuídos 35 pontos, sendo:

I- 28 pontos para aspectos quantitativos;

a) duas avaliações individuais, no valor de 14 pontos, para cada componente curricular;

II- 07 pontos para aspectos qualitativos.

2ª ETAPA

Durante a 2ª Etapa, serão distribuídos 35 pontos, sendo:

I- 28 pontos para aspectos quantitativos:

a) 10 pontos para avaliação individual (podendo ser distribuídos em mais de uma avaliação)

b) simulado ou trabalho no valor de 08 pontos, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, com igual número de questões para cada disciplina, nos parâmetros das avaliações externas. Para as séries finais, deve-se acrescentar a disciplina Língua Estrangeira Moderna-Inglês;

c) avaliação final no valor de 10 pontos; e

d) para os componentes curriculares de Artes, Educação Religiosa e Educação Física do 6º ao 9º ano, será aplicada, nas mesmas datas previstas, Avaliação, interdisciplinar, com número equivalente de questões e com igual valor das demais avaliações.

II- 07 pontos para aspectos qualitativos.

3ª ETAPA

Durante a 3ª Etapa, serão distribuídos 30 pontos, sendo:

I- 24 pontos para aspectos quantitativos:

a) 9 pontos para avaliação individual (podendo ser distribuídos em mais de uma avaliação);

b) simulado ou trabalho no valor de 06 pontos, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, com igual número de questões para cada disciplina, nos parâmetros das avaliações externas. Para as séries finais, deve-se acrescentar a disciplina Língua Estrangeira Moderna-Inglês;

c) avaliação final no valor de 9 pontos, e;

d) para os componentes curriculares de Artes, Educação Religiosa e Educação Física do 6º ao 9º, será aplicada, nas mesmas datas previstas, avaliação interdisciplinar, com número equivalente de questões e com igual valor das demais avaliações.

II- 06 pontos para aspectos qualitativos.

Conforme a LDB no seu art. 12 os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

III- assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

Nessa visão, a instituição garante aos alunos o cumprimento do calendário com rigor, pois acredita que o sucesso depende do compromisso assumido com o tempo escolar dos docentes.

A aplicação da avaliação institucional fundamenta-se em avaliar o andamento da instituição, é centrada nas políticas públicas, nos sistemas, nos projetos realizados na escola e a efetiva realização das funções atribuídas a cada segmento da comunidade escolar. Para que este mecanismo faça sentido, é necessário que a instituição abra espaço para a reflexão e debate que proporcione a construção da autoconsciência individual e coletiva.

A avaliação institucional da EMACA é constante. Entretanto, proporcionamos alguns momentos mais específicos para realizarmos essa ação: reuniões periódicas com todos os segmentos. No primeiro encontro pedagógico com toda equipe da escola

de cada ano, abrimos um espaço para registrarmos nossas metas individuais e coletivas do ano em questão. As metas individuais são guardadas na pasta de cada funcionário e as coletivas discutidas pelo grupo, juntamente com a confecção de um plano de ação claro para alcançá-las.

No final do semestre fazemos um novo encontro para avaliarmos nossas metas e refletirmos sobre os fatores internos e externos que contribuíram ou impediram para execução das mesmas. Esta reflexão aponta as falhas da instituição, do grupo e de cada um, possibilitando uma retomada das ações e conseqüentemente uma mudança.

A EMACA participa das avaliações externas dos programas do Sistema de Avaliação da Educação Básica- PROEB e PROALFA, Sistema Avaliação de Ensino Estadual (SIMAVE) e Sistema de Avaliação do Ensino Municipal de Itabira (SAEMI). Aproveitamos os resultados apresentados nas mesmas, para analisar dados e definir bases norteadoras e justificadoras das intervenções, melhoria das práticas pedagógicas e elevação do desempenho acadêmico dos alunos.

A avaliação de desempenho da EMACA segue o decreto nº. 1.905, de 20 de maio de 2010 – que regulamenta a avaliação de desempenho do servidor do quadro de magistério público municipal de Itabira, funcional estável, em estágio probatório e contratados.

Este processo é aplicado na instituição pelo corpo Administrativo da Escola (Diretor, Vice-Diretor, Especialista em Educação/Coordenador de Área e professor eleito pelo corpo docente) coordenada pela Equipe Avaliadora do Magistério, e está coordenada pela Comissão de Desenvolvimento Funcional do Magistério, criada pela Lei 4.062 de 04 de maio de 2007.

A Avaliação de Desempenho é um instrumento, implantado há pouco tempo em nossa rede. Ele auxilia a equipe gestora da escola a analisar o desempenho dos diversos profissionais da escola e respectivamente a eficácia das tarefas que realiza. Além disso, através desta ferramenta passamos estabelecer metas, tanto coletivas, quanto individuais.

A equipe gestora da EMACA, acredita que através da avaliação de desempenho impulsiona um processo de reflexão crítica sobre a prática de cada funcionário da escola, desencadeando uma autonomia criativa de suma importância para o melhor funcionamento na instituição.

Acreditamos que o objetivo final da Avaliação de Desempenho é contribuir para o crescimento de cada profissional. Apesar deste instrumento ser visto por muitos como um meio de punição, nos valemos deste momento para dialogar com a equipe da escola, apontando os potenciais de desenvolvimento de cada funcionário e refletindo sobre o que é necessário melhorar.

Segundo Dalben (2005.p 45) "a avaliação sistêmica é uma modalidade de avaliação, em larga escala, desenvolvida no âmbito de sistemas de ensino com vistas a, especialmente, subsidiar políticas públicas na área educacional". Acreditamos que, este é um mecanismo privilegiado, capaz de fornecer aos diversos segmentos informações. Constitui-se em uma preciosa ferramenta para melhoria da qualidade das práticas educacionais e a eficácia dos sistemas públicos de educação proporcionando investir adequadamente para atender as demandas educativas do país.

Enfim, avaliar é um ato que nos conduz a novos e diferentes caminhos e realizações, é uma potente arma que pode destruir ou construir. Avaliação e aprendizagem são indissociáveis e pressupostos básicos para um efetivo sentido da educação.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/08/2010.

_____. Indicadores da Qualidade na Educação/Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-Mec (coordenadores).- São Paulo: Ação educativa, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos>. Acesso em: 22/08/2010.

_____. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional/Lei Nº 9.394 de 1996. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis>. Acesso em: 15/07/2010.

_____. Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB/ Maria Inês de Sá Pestana ET AL. 2ª ed. rev. ampl.- Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/saeb/matrizes>. Acesso em: 01/09/2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2006. Caderno 1: Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Disponível em <http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/08/2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2006. Caderno 7: Conselhos Escolares: [Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil](#). Disponível em <http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/08/2010.

CAMPBELL, Selma Inês. Projeto Político Pedagógico. Campinas, RJ; Wak Editora, 2010.

CASASSUS, Juan. A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização. Cad. Pesquisa. [online]. 2001, n. 114, pp. 7-28. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/n114/a01n114.pdf. Acesso em: 08/06/10.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade Na Educação Pública, out 2007. Disponível em moodle3.mec.gov.br/UFMG/mod/data/view.php?id=3283&advanced. Acesso em: 06/08/10.

DEPRESBÍTERES, Leci. Avaliação da aprendizagem- Revendo conceitos e posições. In Avaliação do Rendimento Escolar. (Org.Souza, Clurilza Prado), Campinas, SP.13ª Ed. Papyrus Editora, 2005.

FERNANDES, Maria Cláudia de Oliveira. et.al. Indagações sobre Currículo: currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

FREIRE, Paulo. Arquivos Paulo Freire, em São Paulo, dia 19 de março de 1997. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/> Acesso em: 19/08/2010.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da escola-teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

GADOTTI, Moacir. Uma só escola para todos. Caminhos da autonomia escolar. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

GANDIM, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e outras instituições, grupos e movimentos nos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ; Vozes, 1994.

GONÇALVES, Juçara dos Santos. CARMO, Raimundo Santos do. Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão. 2001.94 folhas. TCC. UNAMA. Belém-Pará. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=3283&advanced=0&paging=&page=1>. Acesso em: 06/08/2010.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da escola-teoria e prática. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MESQUITA, Adriano. A Formação do Currículo nas Séries Iniciais. Disponível em: <http://www.webartigos.com>. Acesso: 05/09/10.

MINAS GERAIS. Guia do Diretor Escolar- SEE/MG- 2007, Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Humanos para Educação.

OLIVEIRA, João Ferreira de. MORAES, Karine Nunes, DOURADO, Luis Fernandes. Conselho Escolar: Participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola. UFG. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3297&advanced=0&paging=&Page=1>. Acesso em 07/06/2010

_____. Conversando um pouco sobre o Conselho Escolar. UFG. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3297&advanced=0&paging=&page=1>. Acesso em 30/05/2010.

_____. Gestão Escolar Democrática: definições, princípios, mecanismo de sua implementação. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/forum/view.php>. Acesso em: 28/06/10.

_____. Gestão financeira descentralizada: Planejamento, aplicação e acompanhamento de recursos. UFG. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3297&advanced=0&paging=&Page=1>. Acesso em 07/06/2010

_____. O financiamento da educação básica: Limites e possibilidades. UFG. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3297&advanced=0&paging=&Page=1>. Acesso em 07/06/2010.

_____.Organização da Educação Escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática.UFG. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3297&advanced=0&paging=&page=1>. Acesso em 30/05/2010.

PARO,Vitor Henrique.Gestão democrática da escola pública.3ª ed.São Paulo: Ática, 2002.

REGIMENTO ESCOLAR. Escola Municipal Antônio Camilo Alvim. Itabira, 2010.

SANA. José de Almeida. Desfabricando analfabetos. In: Itabira e Centro Leste em Revista. Itabira. Ano I, n.8, P. 20-21, agosto,1993.

SANTOS, Lucíola Paixão. PARAÍSO, Marlucy Alves. O currículo como campo de luta. In: Presença Pedagógica, n.7,1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITABIRA, Resolução 01/2010.

VASCONCELOS, Celso S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político- pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico: educação superior. Campinas, SP; Papirus, 2004 (Coleção Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico).

_____,Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP; Papirus, 2008 (Coleção Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico).

YUS, Rafael. Um paradigma holístico para a educação. In: Pátio-Revista Pedagógica, Porto Alegre, n. 51, p 20-22, agosto/outubro, ano 2009.